

Brasília-DF, 19 de outubro de 2026



DITADURA NUNCA MAIS! A DEMOCRACIA É UM DIREITO DE TODOS!

NENHUM SINDICATO ESTÁ SOZINHO: ATACAR UM É ENFRENTAR TODOS!

A Constituição e a CLT asseguram que a atuação sindical é essencial à defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da classe trabalhadora. O artigo 8º da Constituição e o 513º da CLT atribuem às entidades sindicais essa defesa com prerrogativas fundamentais para garantir conquistas das categorias representadas. Portanto, quando um candidato à presidência apresenta um programa de governo com ameaças à proteção social do trabalho e ao direito a organização da classe trabalhadora é obrigação sindical se manifestar para sua proteção.

Sabemos que liberdade sindical não é privilégio: é garantia democrática. A liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e a liberdade de organização sindical são pilares de uma sociedade democrática. Quando esses direitos são ameaçados, toda a classe trabalhadora está em risco.

A censura, a perseguição aos sindicatos, a intimidação de quem pensa diferente e os ataques às instituições democráticas são sinais de alerta que exigem atenção e mobilização. **Defender a democracia é defender o direito de lutar, reivindicar, organizar-se e conquistar melhores condições de vida e de trabalho, além de o principal sustentáculo à Soberania Nacional.**

O Brasil só se mantém soberano com mais democracia, diálogo, justiça social e respeito aos

direitos fundamentais — nunca de autoritarismo, repressão ou retrocessos.

A classe trabalhadora tem uma história de luta e resistência. Não podemos abrir mão das liberdades conquistadas nem permitir que o direito de organização e representação sindical seja enfraquecido.

📢 Pela liberdade de expressão! Pela liberdade sindical! Pela democracia e pelos direitos da classe trabalhadora!

CONTRA OS ATAQUES AO MOVIMENTO SINDICAL, A RESPOSTA É UNIÃO, RESISTÊNCIA E LUTA!

DITADURA NUNCA MAIS! DEMOCRACIA SEMPRE!

[#DitaduraNuncaMais](#) [#DemocraciaSempre](#) [#LiberdadeDeExpressão](#) [#LiberdadeSindical](#) [#DireitosTrabalhistas](#) [#OrganizaçãoSindical](#) [#ClasseTrabalhadora](#)

Congresso promulga fim da escala 6x1 com presença do presidente Lula. CNTI presente!

Com dois dias de descanso semanal e sem redução salarial, nova regra começa a valer em dezembro, embora com uma regra de transição. Mudança encerra reivindicação histórica dos trabalhadores e reforça bandeira eleitoral de Lula às vésperas do 2º turno das eleições presidenciais. Medida garante mais tempo aos trabalhadores para a família, o estudo, a qualificação e o lazer.



O Congresso Nacional promulgou nesta sexta-feira (16) a emenda constitucional que acaba com a escala 6x1 e reduz gradualmente a jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais. A sessão foi conduzida pelo presidente do Congresso, Davi

Brasília-DF, 19 de outubro de 2026

Alcolumbre (União-AP), com a presença do presidente Lula (PT) e do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB).

A cerimônia teve clima de comemoração, com gritos e manifestações de entusiasmo dos presentes. O senador Paulo Paim (PT-RS), um dos mais antigos defensores da redução da jornada de trabalho no Congresso, foi homenageado durante a solenidade por sua trajetória em defesa dos direitos trabalhistas. Paim foi chamado por Alcolumbre a compor a mesa dos trabalhos.

A presença de Lula, incomum em cerimônias de promulgação de emendas constitucionais, deu dimensão política ao evento. Após Alcolumbre assinar a Emenda Constitucional 141/2026, Lula levantou a Constituição, gesto que remeteu ao ato de Ulysses Guimarães durante a promulgação da Constituição em outubro de 1988.

O fim da escala 6x1 tornou-se uma das principais bandeiras de sua campanha à reeleição, a nove dias do segundo turno contra Flávio Bolsonaro (PL). A cerimônia também foi marcada pela promulgação da emenda constitucional que garante aposentadoria especial a agentes comunitários de saúde e agentes comunitários de combate a endemias.

DIGNIDADE AO TRABALHADOR

O presidente do Congresso classificou a sessão como histórica. "A partir de hoje a Constituição garante a cada trabalhador e a cada trabalhadora o direito a dois dias semanais de descanso remunerados", afirmou. Segundo ele, a medida tem "valor incalculável".

"É uma conquista enorme que dá dignidade ao trabalhador. Gostaria de cumprimentar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cuja presença nesta sessão reforça imensamente a importância deste momento para o país. Foi preciso coragem de enfrentar um assunto que tanta gente preferia deixar para depois", disse o senador.

Ainda em seu discurso, Alcolumbre afirmou que o Legislativo "escolheu o caminho certo, não o caminho fácil". "Escolheu discutir, ouvir e decidir. Essa coragem é fruto de um esforço verdadeiramente coletivo, como manda a nossa democracia. [...] O diálogo entre as duas Casas permitiu transformar reivindicações antigas em conquistas concretas", declarou.

CONSTRUÇÃO COLETIVA

Hugo Motta qualificou o fim da escala 6x1 como a "principal conquista da classe trabalhadora do Brasil dos últimos anos". Ele concentrou sua fala na defesa

da redução da jornada, na construção política que permitiu a aprovação da proposta e nas medidas negociadas para os microempreendedores individuais. O presidente da Câmara afirmou que o Congresso decidiu enfrentar um tema que, segundo ele, não passava por uma revisão estrutural desde a Constituição.

"Por trás desse número estão homens e mulheres que acordam antes do amanhecer, atravessam cidades inteiras e dedicam grande parte de seus dias ao trabalho. Pessoas que muitas vezes têm apenas um dia da semana para conciliar descanso, família, saúde, estudo e tudo mais que a vida exige."

O deputado ainda lembrou a tramitação da proposta e afirmou que o texto foi resultado de uma construção que envolveu representantes dos trabalhadores, especialistas, integrantes da sociedade civil e do setor produtivo. "O resultado desse processo foi a elaboração de uma proposta madura, feita a partir de muito diálogo, permitindo ao país avançar sem perder de vista a realidade das empresas, dos trabalhadores e especialmente dos micro e pequenos negócios."

O QUE MUDA PARA OS TRABALHADORES

A emenda, originada da PEC 221/2019, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), garante dois dias de descanso remunerado por semana, sem redução salarial. As mudanças serão graduais: em 16 de dezembro, a jornada máxima cairá para 42 horas semanais e, um ano depois, para 40 horas. O limite de oito horas diárias será mantido.

Acordos coletivos poderão estabelecer regimes excepcionais, desde que garantam, em média, dois dias de descanso por semana ao longo do mês e pelo menos uma folga a cada sete dias. Os dias de descanso não precisam ser consecutivos.

A medida também beneficia trabalhadores que já têm duas folgas semanais, mas cumprem 44 horas. Segundo estudo do Ipea citado no parecer do Senado, mais de 31 milhões de vínculos formais tinham jornada contratual de 44 horas em 2023, embora nem todos adotassem a escala 6x1.

Na prática, a mudança constitucional garantirá aos trabalhadores, hoje submetidos a uma jornada de trabalho exaustiva, responsável, comprovadamente, ainda, por elevados índices de acidentes de trabalho e adoecimento laboral, mais tempo para a convivência familiar, o estudo e a qualificação, e o lazer.

VITÓRIA ÀS VÉSPERAS DA ELEIÇÃO

A proposta foi aprovada em dois turnos no Senado, na quarta-feira (14), por 75 votos a um em cada

Brasília-DF, 19 de outubro de 2026

votação. Apenas Hamilton Mourão (Republicanos-RS) votou contra. Flávio Bolsonaro apoiou o texto, apesar de críticas anteriores, e o PL liberou sua bancada. Outros quatro senadores não participaram da votação: Ciro Nogueira (PP-PI), Marcio Bittar (PL-AC), Rogério Marinho (PL-RN) e Sergio Moro (PL-PR).

Lula havia comemorado a aprovação como resultado da mobilização popular. "Não foi uma conquista burocrática, foi uma conquista que saiu da rua e de um desejo histórico do povo trabalhador", afirmou.

UMA REIVINDICAÇÃO DE QUASE 40 ANOS

A promulgação teve significado particular para Lula. Há 38 anos, como deputado constituinte e líder da bancada do PT, ele participou da tentativa frustrada de reduzir a jornada máxima para 40 horas semanais.

Na ocasião, o Congresso diminuiu o limite de 48 para 44 horas, diante da resistência de setores empresariais e de parlamentares preocupados com os custos da mudança. Foi a última redução constitucional da jornada de trabalho no Brasil.

Desde então, a reivindicação das 40 horas permaneceu na pauta do movimento sindical e ganhou novo impulso com a mobilização pelo fim da escala 6x1. Quase quatro décadas depois, a mudança chega à Constituição durante o terceiro mandato presidencial de Lula.

CNTI PRESENTE

A CNTI marcou presença durante todo processo de discussão e votação da PEC 221/2019 e também da solenidade de promulgação da Emenda Constitucional correspondente.

O presidente José Reginaldo Inácio e a secretária para assuntos de Trabalho, da Mulher, da Juventude e do Idoso, Sônia Maria Zerino, que também preside a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) estiveram presentes no Senado Federal na noite desta quarta-feira (14), quando a PEC foi aprovada pela quase unanimidade dos senadores, bem como no ato de promulgação da Emenda Constitucional, que contou com a presença do presidente Lula.

Reginaldo comemorou o resultado: "foi uma conquista histórica, pela qual lutamos há décadas, e isso só foi possível graças à mobilização dos trabalhadores e à unidade do movimento sindical em todas os níveis de representação", acrescentando que "agora é hora de garantir que essa vitória se torne realidade, inclusive nos acordos e convenções coletivas de trabalho, garantindo melhor qualidade de vida e de trabalho a todos trabalhadores e trabalhadoras".

E finalizou: "nesta hora, gostaríamos de fazer um agradecimento aos sindicatos e federações da base de representação da CNTI que participaram dessa luta histórica, fazer uma homenagem à luta e à dedicação do senador Paulo Paim, presente em todos esses momentos decisivos para o trabalhador, e também ao presidente Lula, que se empenhou pessoalmente para que essa conquista se tornasse uma realidade".

Sônia Zerino também se manifestou ao final da aprovação da PEC: "nós, da Nova Central e da CNTI, estamos muito alegres por essa vitória que é de todos os trabalhadores, mas não poderíamos deixar de render uma homenagem às mulheres trabalhadoras, pois elas serão as maiores beneficiárias dessa conquista, pois, com ela, terão mais tempo para seus filhos, sua família, sua qualificação e seu lazer".

Assessoria de Comunicação

Flávio recebe plano para adiar aposentadoria e restringir acesso ao Bolsa Família

Proposta entregue a Flávio prevê elevar a idade mínima para aposentadoria a 67 anos, permitir benefícios abaixo do salário mínimo e restringir o acesso ao Bolsa Família



Os brasileiros poderão ter que esperar até os 67 anos para se aposentar pelas regras propostas a Flávio Bolsonaro (PL) por representantes do empresariado. O documento também abre caminho para aposentadorias futuras abaixo do salário mínimo e prevê mudanças no Bolsa Família. As medidas foram apresentadas ao senador e presidenciável bolsonarista na última terça (13), durante um encontro com cerca de 500 empresários em São Paulo.

Chamado de Projeto Brasil de Amanhã, o plano reúne propostas fiscais e orçamentárias com impacto estimado em R\$ 139,9 bilhões no curto prazo, segundo seus autores. O documento explicita uma agenda que coloca em discussão garantias previdenciárias e critérios de acesso a um dos principais programas sociais do país.

Brasília-DF, 19 de outubro de 2026

Aposentadoria mais tarde

A proposta eleva de 65 para 67 anos a idade mínima de aposentadoria dos homens e de 62 para 67 anos a das mulheres. O texto prevê períodos de transição de quatro anos para eles e dez para elas.

A mudança teria efeitos diferentes conforme a trajetória de cada trabalhador, mas o resultado é o mesmo: adiar o acesso à aposentadoria. Quem passou a vida em atividades fisicamente exigentes, enfrentou períodos de desemprego ou trabalhou sem registro pode encontrar mais dificuldade para cumprir uma exigência que prolonga a permanência no mercado de trabalho.

O projeto também pretende retirar a vinculação do piso previdenciário ao salário mínimo. Hoje, a Constituição assegura que os benefícios previdenciários que substituem a renda do trabalho não sejam inferiores a esse valor. A mudança exigiria uma alteração constitucional e poderia permitir que futuras aposentadorias ficassem abaixo do mínimo.

O fantasma de Paulo Guedes

A discussão sobre o valor dos benefícios previdenciários tem um antecedente no bolsonarismo. Em 2022, durante a campanha de reeleição de Jair Bolsonaro, veio à público uma proposta da equipe econômica de Paulo Guedes para mudar a correção do salário mínimo e das aposentadorias.

A repercussão negativa levou Guedes a negar que a medida prejudicaria os beneficiários, enquanto Bolsonaro prometeu aumentos acima da inflação. A proposta não foi implementada. Agora, a discussão sobre a proteção da renda dos aposentados reaparece em outro formato: em vez de alterar diretamente o índice de correção, o plano entregue a Flávio propõe desvincular o piso previdenciário do salário mínimo.

São mecanismos diferentes, mas ambos colocam em debate as garantias que preservam o poder de compra de quem depende da aposentadoria.

Plano abre caminho para excluir brasileiros do Bolsa Família

O documento também prevê rever as condições de entrada e permanência no Bolsa Família. Entre as medidas estão o cruzamento de bases de dados, a revisão de cadastros e as verificações domiciliares. Os autores não estimam quantas famílias poderiam ser atingidas nem detalham o impacto das mudanças.

O plano promete uma economia de R\$ 139,9 bilhões no curto prazo, mas não esclarece quanto desse valor viria das mudanças na Previdência e no Bolsa Família. A conta é apresentada sem detalhar o peso de cada medida, justamente quando as propostas colocam em

risco garantias de aposentados e famílias de baixa renda. A agenda econômica apresentada a Flávio repete uma velha lógica do bolsonarismo: falar em ajuste fiscal sem abrir a conta dos custos sociais.

Quem está por trás do projeto

A elaboração ficou a cargo do Instituto de Economia Gastão Vidigal, ligado à Associação Comercial de São Paulo, e da Fundação Internacional para a Liberdade (FIL Brasil). Paulo Guedes, ministro da Economia durante o governo Jair Bolsonaro, é presidente de honra da fundação, que reúne ex-integrantes da equipe econômica bolsonarista. A ligação ajuda a situar os nomes por trás da proposta.

O documento foi apresentado em um encontro com centenas de empresários. Seus possíveis efeitos, porém, não se restringem ao setor que o elaborou: alcançam quem depende do trabalho para viver, de uma aposentadoria para garantir renda na velhice ou de um benefício social para sustentar a família.

Fonte: Portal Vermelho

2º TURNO • 25 DE OUTUBRO

Por que votar no 2º turno?

Não votou no 1º turno? Você pode votar no 2º normalmente.



57.915

pessoas de Petrópolis não votaram no 1º turno. É quase 1 em cada 4 eleitores (24,17%).

O voto é um direito conquistado

É pelo voto que a população participa das decisões sobre sua vida, seu trabalho e sua cidade. Nem sempre foi assim:

1824

Só votavam homens livres e com renda. Mulheres, pessoas escravizadas e a maior parte do povo ficavam de fora.

1932

As mulheres conquistam o direito de votar e o voto passa a ser secreto. Nasce a Justiça Eleitoral.

1964-1985

Ditadura. O povo fica sem escolher o presidente. A última eleição direta tinha sido em 1960.

1988

Nova Constituição: voto obrigatório a partir dos 18 anos e opcional para jovens de 16 e 17, maiores de 70 e analfabetos.

1989

Os brasileiros voltam às urnas para escolher o presidente da República.

No dia 25, seu voto continua valendo.

Quem não votou no 1º turno deve justificar a ausência até 3 de dezembro. Isso não impede de votar no 2º turno.

QUEM ENVELHECE

Saúde, renda e cuidado em jogo

+ de 59 mil

pessoas têm 60 anos ou mais em Petrópolis.

41

medicamentos e insumos são gratuitos na Farmácia Popular.

Cuidado é direito

A Política Nacional de Cuidados, do governo Lula, prevê mais apoio a idosos e famílias.

A aposentadoria também está em debate
Segundo a Folha de S.Paulo, um plano estudado pela equipe de Flávio Bolsonaro prevê reajustar as aposentadorias só pela inflação, sem o ganho real ligado à valorização do salário mínimo.

Só inflação:

a renda não perde valor.

Com ganho real:

a renda cresce acima dos preços.

Antes de votar, pergunte: quais políticas queremos preservar, ampliar ou mudar nos próximos quatro anos?
Se você e sua família usam os serviços públicos, pense nisso na hora de votar.

Vote no segundo turno